



Professores-autores de compêndios de Matemática no século XIX¹

Flávia dos Santos **Soares**
Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense
Brasil
flasoares.uff@gmail.com

Resumo

Debates sobre diversos aspectos dos manuais didáticos foram frequentes o todo o século XIX. A crescente implantação do método simultâneo estimulou a produção de materiais pedagógicos destinados a essa nova organização do ensino. Os compêndios adquirem importância na estruturação das disciplinas escolares e atuam como fundamentais na formação e institucionalização da escola brasileira. A produção didática cresce e revela-se um ramo com possibilidades de lucro. As livrarias ampliam suas funções, deixando a função de meramente distribuidores de livros e passando a ser também editores. É nesse ambiente que se nota um início da atuação de professores como autores de livros didáticos. Esse texto tem como objetivo fazer algumas considerações sobre a figura do professor-autor de livros didáticos de Matemática durante o século XIX, época em que começam a surgir as primeiras obras destinadas as escolas elementares e secundárias escritas por autores brasileiros.

Palavras chave: professores-autores, livro didático de Matemática, Império.

Numa observação rápida em uma sala de aula de qualquer parte do Brasil e do mundo é possível perceber a presença de estudantes, professores, cadernos, uma certa rotina de atividades e a presença de um instrumento que, numa época de computadores e internet, continua sendo um dos suportes de aprendizagem mais difundidos e, segundo muitos, ainda o mais eficaz: o livro didático.

Os livros didáticos ou os *textbooks* são uma publicação especializada, com identidade própria que nascem das necessidades de um sistema de ensino e que, ao contrário do que se pode pensar, nasceu primeiro como livro para uso exclusivo do professor e só mais tarde passou a ser um livro destinado ao uso dos alunos. Aliás, como bem lembra Schubring (2003) já existiam

livros antes que fosse inventada a tecnologia para imprimi-los e tal fato tem como consequência justamente o entendimento da noção de livro didático ou livro-texto não depende de que cada aluno tenha o seu próprio exemplar.

As disciplinas escolares foram estruturadas com a mediação de diversos dispositivos materiais e simbólicos, dentre os quais os compêndios foram instrumentos fundamentais para a formação e institucionalização da escola brasileira (Gasparello, 2006).

Além disso, ao longo da história, ademais da importância do livro escolar e do conteúdo veiculado por ele, torna-se também relevante a figura daquele que escreve o livro e daquele que realmente o utiliza: o professor. Em vários momentos durante o Império foi possível, contudo, que essas duas figuras se fundissem dando origem a uma personagem que passa a interferir no texto, dar forma aos conteúdos e imprimir sua personalidade e suas opiniões.

Para Silva (2000) é necessário um olhar mais atento aos autores de livros didáticos e vencer dificuldades como a escassa referência ao número de edições dos livros e a falta de informações sobre os seus autores, em geral, professores de Matemática e não matemáticos.

Sobre os grandes nomes de matemáticos, há bibliografia suficiente e às vezes farta nas enciclopédias, dicionários biográficos e outras fontes especializadas, mas e sobre a vida desses autores de livros-texto? Quem são esses ilustres desconhecidos? Que informações podemos encontrar sobre eles? A resposta a essas perguntas é – dispomos de pouquíssimas informações, ou na melhor das hipóteses, informações parciais e algumas pouco fidedignas. Afinal, o autor de um livro-texto, em geral, não está incluído na elite produtora do conhecimento (p.110-111)

Esse texto tem como objetivo fazer algumas considerações sobre a figura do professor-autor de livros didáticos de Matemática durante o século XIX, época em que começam a surgir as primeiras obras didáticas destinadas as escolas elementares e secundárias escritas por autores brasileiros. Para tecer tais considerações foram consultadas obras didáticas do século XIX, bem como legislação da época e documentos manuscritos disponíveis no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Autores e autoria

Segundo Barthes (1977, citado por Soares, 2007) a noção de autor é relativamente recente e teve sua origem no final da Idade Média.

A partir dos pensamentos que constituíram o Empiricismo inglês, o Racionalismo francês e a Reforma, consagrou-se o prestígio do indivíduo. No campo da filosofia, o Empiricismo caracterizou-se como uma teoria do conhecimento que enfatizava o papel da consciência e dos sentidos. Já o Racionalismo francês foi um período de apelo à razão como fonte de conhecimento. A Reforma, por sua vez, consistiu no movimento de reformulação da Igreja Católica no século XVI propagando a valorização da fé pessoal. O surgimento dessas novas maneiras de ver o mundo e o prestígio do indivíduo certamente se refletiu na literatura onde se passou a dar importância ao autor como pessoa (p.26)

Outros momentos históricos são lembrados pela autora como tendo influenciado e interferido na avaliação da pessoa e no papel do autor literário, como foi a Renascença, entre os séculos XIV e XVI, período no qual “desenvolveram-se diversos programas culturais e movimentos baseados no humanismo e, conseqüentemente, na valorização do indivíduo nas

produções artísticas e intelectuais em geral” (Soares, 2007, p.27).

A invenção da imprensa foi outro fator decisivo para a ascensão do autor. A impressão de livros possibilitou um processo de produção rápida de materiais escritos e “o autor passou a assinar suas obras e foi deixando de ser anônimo, coletivo, invisível e desconhecido. O escritor foi se ‘personalizando’ e passou a ter uma alcunha e suas obras a serem reconhecidas através desse nome” (p.27).

No caso dos livros textos ou textos didáticos a função do autor se configurou a partir das necessidades apontadas pela escola que começava a se impor como instituição necessária nos séculos XVIII e XIX.

Um dos primeiros debates a respeito da importância dos livros didáticos para as escolas elementares ocorreu durante a Revolução Francesa numa fase em que houve uma proeminência nas discussões sobre a instrução pública, a propósito da ação do Estado na questão educacional. Dessa época nos interessa destacar a atuação do Marquês de Condorcet como presidente do Comitê de Instrução Pública da Assembléia Legislativa Francesa.

Nessa ocasião, Condorcet tem a oportunidade de elaborar “um traçado de escolarização capaz de, por um lado, fazer justiça para as camadas menos privilegiadas da população, e ser, ao mesmo tempo, racionalmente projetado” (Boto, 2003, p. 742). A partir desse Relatório foram “deflagrados significativos esforços de reformas que, nos séculos XIX e XX, caminhavam em direção à constituição de uma escolarização laica, gratuita, pública, para ambos os sexos e universalizada para todas as crianças” (Boto, 2003, p. 742).

A idéia motriz do plano que teve redação de Condorcet era a de buscar, pela arquitetura institucional de um modelo articulado de instrução pública, obter progressivamente a minimização das desigualdades produzidas pelo artifício humano, pela concomitante promoção da única desigualdade natural e, portanto, legítima: a desigualdade de talentos – dos dons, das aptidões, dos potenciais, enfim, das capacidades de cada um perante os demais. A preparação cultural acentuaria a força meritória dos mais capazes, o que era, por si, um elemento corretor dos próprios embaraços de uma sociedade liberal, que tinha em mente assegurar, com firmeza, o direito à propriedade, e, portanto, à herança (Boto, 2003, p. 742).

O Relatório elaborado por Condorcet previa a organização do ensino em escolas primárias, escolas secundárias, institutos, liceus e Sociedade Nacional das Ciências e das Artes. Especialmente ao que se refere aos livros didáticos o Relatório recomendava que se compusessem livros específicos para uso das escolas. Para Condorcet (1943, p. 55, citado por Boto, 2003, p.746) “nas escolas primárias e secundárias, os livros elementares serão o resultado dum concurso com vontade de contribuir para a instrução pública; mas escolher-se-iam os autores dos livros elementares para os institutos”.

Segundo Carlota Boto (2003) a ideia era que os homens sábios dos diversos campos do saber viessem a se interessar também pela redação dos livros elementares, como uma “prova de seu zelo pela instrução pública e pelo progresso da cultura” (Condorcet, 1943, p. 56, citado por Boto, 2003, p. 746). Assim, nos primeiros graus de ensino deveria cumprir ao poder público estabelecer as fronteiras de cada matéria específica a ser ensinada. Dessa forma, sugeriu-se que fossem estipulados, pelo mesmo poder público, “os livros que se hão de adotar; mas, nos liceus, onde deve ensinar-se a ciência integral, é o professor que deve escolher o método” (Condorcet, 1943, p. 57, citado por Boto, 2003, p. 746).

Condorcet em seu Relatório ainda destaca a necessidade de um livro para os professores, já

que:

não pode haver bom método para ensinar os elementos sem um livro ao alcance das crianças e ao qual todos possam recorrer; mas também não pode haver um bom método se não houver outro livro que ensine aos professores os meios de complementar aquilo que o primeiro não pode conter (Condorcet, 2008, p.79).

Esses livros responderiam a um duplo objetivo: compensariam a falta de espírito filosófico de alguns professores e proporcionariam mais igualdade entre o ensino das diferentes escolas (Condorcet, 2008). O que não se menciona é quem seria o autor de tal manual para os professores.

Nota-se assim que o livro didático ganha autoridade a partir do momento em que é visto como forma de critério de saber, criando paradigmas norteadores da transmissão do conhecimento em contexto escolar (Souza, 1999), quer seja formando o próprio professor, quer seja na utilização desse recurso pelo professor na instrução de seus alunos.

Livros didáticos e autores no Brasil à época do Império

Nas primeiras décadas do século XIX, o ensino e a estrutura erguida para a instrução pública no Brasil era ainda bastante precária. Não havia edifícios escolares e as aulas funcionavam em casas alugadas pelo governo. O material escolar era incipiente. Não havia método de ensino, e, muito menos, quadros negros, mapas, nem papel e nem lápis. O professor frequentemente adquiria a seu custo alguns desses materiais.

Ao decorrer do Império, debates e discursos destacam a necessidade de prover as escolas de meios de garantissem a normatização e a ordem na educação formal da população. Se nas primeiras décadas do século XIX os conhecimentos transmitidos pela escola elementar se reduziam a rudimentos de leitura, cálculo e escrita, progressivamente foram sendo construídos outros saberes escolares mais específicos para atender novas exigências de público e a demandas sociais.

Os manuais didáticos foram tema de debates entre os parlamentares que decidiam sobre a criação do sistema escolar no Brasil que se formava como uma nação preocupada em constituir uma sociedade letrada, mas também em manter o controle sobre o saber disseminado para o povo. A crescente implantação do método simultâneo, em oposição ao método mútuo, tornou necessária a produção de materiais pedagógicos destinados a essa nova organização do ensino. Dessa forma os *compêndios* e livros didáticos adquirem nova importância e, além disso, a produção *didática* revela-se também um ramo com grandes possibilidades de lucro. As livrarias ampliaram suas funções, deixando a função de meramente distribuidores de livros e passando a ser também editores.

É nesse ambiente que se nota o início da atuação de professores como autores de livros didáticos. Durante o Império cresce o número de textos escolares de Matemática traduzidos de livros estrangeiros e/ou produzidos por professores brasileiros para o ensino elementar e secundário.

Como lembra Bittencourt (2004)

[...] para professores sem formação específica, o livro didático representava “o método de ensino”, além de conter o conteúdo específico da disciplina. A formação do professor, ao ser

constituída na prática, no “aprender fazendo” exigia uma produção didática específica que intelectuais preocupados com o conhecimento científico ou literário, mas sem a vivência da sala de aula, eram incapazes, de produzir com sucesso (p.483).

Além disso,

esses primeiros autores, com maior ou menor autonomia, foram os criadores de textos didáticos que possibilitaram a configuração de uma produção nacional, com características próprias. Mesmo que a forma se assemelhasse aos livros estrangeiros, os textos escolares expressaram uma produção própria que buscava atender as condições de trabalho dos professores das escolas públicas que se espalhavam pelo país. Procuravam suprir a ausência de formação dos docentes, em sua grande maioria leigos e autodidatas (p.489).

Ao tratarmos dos autores das obras didáticas, não se pode remeter somente ao escritor, mas também àquele cujo nome dá identidade e autoridade ao texto (Soares, 2007). Assim, deve-se mencionar também um mercado de traduções de livros, principalmente franceses, que igualmente proporcionaram visibilidade a seus autores e a seus tradutores.

Os livros de Matemática exemplificam bem essa produção já que os programas curriculares eram originários e adaptados, em sua maioria, da França (Bittencourt, 2004). Antes da criação da Imprensa Régia, em 1808, não se pode falar em uma produção de livros didáticos brasileiros. Durante todo o século XIX e mesmo no início do século XX, muitos dos livros didáticos usados nas escolas brasileiras vinham da Europa, principalmente da França e de Portugal, e se constituíram como principais referências sociais e culturais do Brasil (Soares, 1996).

Com a criação de instituições de ensino superior, como a *Academia Militar* em 1810, e de ensino secundário, como o *Colégio Pedro II*, em 1837, a questão do livro-texto ganha destaque e a influência francesa nos manuais dessas duas instituições é evidente (Bastos, 2008; Lorenz, 2003). Para a primeira foram trazidos livros de autores como *Euler*, *Monge*, *Legendre* e *Lacroix* traduzidos por *Manoel Ferreira de Araújo Guimarães*, *Francisco Correia da Silva Torres* e *José Vitorino dos Santos* (Hallewell, 2005). Para o Colégio Pedro II, a escola secundária modelo do país, tem-se também a obra *Elementos de Geometria*, de Lacroix, como primeiro compêndio de geometria a ser adotado (Doria, 1937). Lorenz (2002) observa que entre 1838 e 1898, os programas de ensino do Colégio Pedro II indicavam trinta e dois livros de Matemática, dentre os quais oito foram escritos por autores franceses. Mas mesmo aqueles elaborados por autores brasileiros, incluíam conteúdos extraídos de obras francesas. É o caso dos livros de *Christiano Benedito Ottoni*, que segundo o próprio autor, compilou os trabalhos de Aritmética e Álgebra de *Pierre Bourdon* e de Geometria de *Alexandre Vincent* (Ottoni, 1983).

Segundo Silva (2000) na prática o que aconteceu foi um grande esforço inicial na tradução dos autores recomendados, o que teria durado cerca de duas décadas. Assim, foi “somente a partir da década de trinta que os brasileiros tomaram a iniciativa de escrever livros próprios, afastando-os das meras traduções” (p.112). Na Matemática, Castro (1999) situa a década de 1830 como o momento em que começam a surgir as primeiras obras didáticas nacionais. Estas obras são compêndios para uso das escolas, preparatórios e, posteriormente, liceus e colégios (Valente, 1999).

Em seu trabalho sobre os livros didáticos de Matemática no Brasil do século XIX, Costa (2000) relaciona alguns dos livros usados nas escolas primárias e secundárias dentre os quais: *Noções de Arithmética*, de *Manoel Olympio R. da Costa*; *Aritmética para a criança*, de *José*

Rodrigues Azevedo Pinheiro; Explicador de Arithmética, de Eduardo de Sá Pereira de Castro e Arithmética para escolas primárias, de Felisberto de Carvalho.

Outros textos mais conhecidos são os *Elementos de Geometria*, de Francisco Vilela Barbosa, o *Marquês de Paranaguá*; o *Compêndio de Arithmética*, de Cândido Batista de Oliveira; *Elementos de Arithmética*, de Francisco de Paula Leal; *Compêndio de Matemáticas Elementares*, de Pedro d'Alcântara Bellegarde; *Elementos de Álgebra*, de Luiz Pedro Drago; o resumo de *Arithmética* do Major Ávila; e os livros de Arithmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria de Cristiano Benedito Ottoni, já mencionado, que se constitui como a primeira referência nacional da Matemática escolar (Valente, 1999).

Dessa forma, aos poucos foram surgindo livros escritos por autores brasileiros que passam a elaborar compêndios a partir de suas experiências em sala de aula, contribuindo com seus livros e aulas na construção dos saberes e currículos das disciplinas escolares. Assim,

os materiais impressos foram ganhando terreno no ensino, havendo uma passagem, do início do século XIX, da produção de apostilas e resumos manuscritos, para o texto impresso desses materiais, com os mesmos termos (apostilas, resumos), para compêndios com termos como “lições”, na segunda metade do século, e que evidenciam a origem, produção e uso nas práticas escolares. Um processo de fabricação que incluía compilação de outros textos; resumo adequado ao programa a ser desenvolvido em linguagem articulada com os objetivos e finalidades daquele ensino. Paralelamente, ocorreu a passagem do predomínio de obras em língua estrangeira e textos clássicos para obras traduzidas e “adaptadas” para compêndios de autoria dos professores do Colégio [...] (Gasparello, 2006, p.4).

Souza (1999) se remete ao conhecido texto de Foucault *What is an Author?* para abordar a questão da autoria do livro didático. Para Foucault a noção de autor está ligada à noção de sujeito enquanto indivíduo inserido na história das ideias, do conhecimento, da literatura, da filosofia e das ciências. Em seu artigo Foucault ainda menciona que “até quando um indivíduo foi aceito como um autor, devemos ainda nos perguntar se tudo o que ele escreveu, disse, é parte do seu trabalho” (Foucault, 1979, citado por Souza, 1999, p.28). Souza (1999) lembra então que a noção de autor de livro didático, que faz parte da crença predominante, é a daquele que:

é responsável pelo que “diz” no livro didático; pelo conteúdo que ele seleciona; pela forma de apresentação desse conteúdo selecionado e pela forma de apresentação desse conteúdo, a sua competência enquanto autor é, geralmente, medida pelo caráter de clareza didática, avaliada em termos da linguagem utilizada no livro, linguagem essa capaz de “traduzir” de modo acessível ao aluno, o que disseram “os grandes nomes” do saber (Souza, 1999, p. 29).

Dessa forma, a colocação de Foucault pode ser identificada com o caso de muitos professores brasileiros, que escreveram livros didáticos a partir de anotações elaboradas a partir de suas aulas, e/ou organizaram novos compêndios por compilações e adaptações de outras obras didáticas. Gasparello e Villela (2004) afirmam que pelo menos 42% dos professores da Escola Normal foram autores de obras didáticas, 14% escreveram livros não didáticos, sendo que uma pequena parcela produzia os dois tipos de obra. No Colégio Pedro II, a maioria desse professores (74%) estava ligada ao mundo da escrita como autores de livros (didáticos ou não) e jornalistas, publicando em jornais e outros periódicos.

Um exemplo do tipo de obra que nasce a partir das experiências do professor em sua prática de sala de aula, é o livro escrito por Luiz Pedro Drago, professor do Colégio Pedro II, que se dirige ao leitor nos seguintes termos:

Dedicando-me ao Magistério, e desejando também contribuir com algum trabalho, que facilite o ensino, resolvi publicar esses meus apontamentos, que devidamente denomino-os de APOSTILLAS DE ALGEBRA. São escriptas segundo o programma do Imperial Collegio de Pedro II, e relativamente ao que se estuda no terceiro anno. Não sou pretencioso de modo a suppôr que meu trabalho esteja perfeito, não; tenho consciência porém, de que empreguei os meios ao meu alcance para o conseguir, e por isso entregando-o a crítica judiciosa e imparcial dos Mestres receberei grato as observações (Drago, 1868).

Independente do tipo de obra, tanto o autor quanto o tradutor dão legitimidade ao conteúdo, comentando, apresentando e defendendo a obra original. Essa legitimidade muitas vezes é cancelada pela formação e titulação do tradutor da obra, que faz questão de destacá-la logo nas primeiras páginas, como o exemplo da folha de rosto da obra do Marquês de Paranaguá, *Elementos de Geometria*, de 1837:

Senador do Império do Brasil; Conselheiro de Estado; Grão-Cruz da Imperial Ordem do Cruzeiro; Cavaleiro da de Cristo; Brigadeiro do Imperial Corpo de Engenheiros; Bacharel Formado em Matemática pela Universidade de Coimbra; Lente jubilado da academia Real da Marinha de Lisboa; Membro honorário da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, da Sociedade Geográfica de Paris; da Academia da Industria Francesa; Membro Honorário da Sociedade Etnológica de Paris; Sócio da Academia dos Liceus, e da Arcádia de Roma; membro correspondente do Instituto Nacional de Washington; etc. (Bittencourt, 2004, p.480)

Outro fato que dava prestígio e notoriedade ao autor e proporcionava bons dividendos era a adoção do compêndio pelo Colégio Pedro II ou avaliação e recomendação feita por algum seus professores. Devido ao seu prestígio como principal estabelecimento do país destinado ao ensino da mocidade, o Colégio influenciava em muitas decisões educacionais e na escolha dos livros didáticos para as escolas primárias e secundárias e escolas preparatórias.

Ao longo do século XIX a produção didática aumentava progressivamente respondendo também a uma demanda do Estado que incentivava a produção de livros dedicados ao ensino e que estivessem adequados ao programas oficiais, ditados pelo Colégio Pedro II. A produção de obras para o ensino primário e secundário era estimulada por meio de concursos nos quais as melhores obras seriam publicadas e seus autores teriam direito a prêmios em dinheiro.

Em 1854 o Ministro do Império, *Luis Pedreira do Couto Ferraz*, reforma o ensino primário e secundário do município da Corte, estabelece normas para o exercício do magistério, e, entre outras medidas, cria a *Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte* (IGIPSC). A IGIPSC era composta pelo Ministro do Império, por um Inspetor Geral (IG), por um Conselho Diretor e por delegados de distrito. A ela cabia inspecionar os estabelecimentos públicos e particulares de instrução primária e secundária do Município da Corte e ao Inspetor Geral, entre outras tarefas, rever, corrigir ou fazer corrigir e substituir, quando necessário, os compêndios adotados nas escolas públicas.

Os artigos 56 e 95 do Decreto n. 1331A de 17 de fevereiro de 1854 trata mais especificamente dos prêmios que seriam concedidos:

Art. 56 - Nas escolas publicas só podem ser admittidos os livros autorizados competentemente. São garantidos premios aos professores ou a quasquer pessoas que compuzerem compêndios ou obras para uso das escolas, e aos que traduzirem melhor os publicados em língua estrangeira, depois de serem adoptados pelo Governo, segundo as disposições do Art. 3º (4º combinadas com as do Art. 4º). A adopção de livros ou

compêndios que contenham matéria do ensino religioso precederá sempre a aprovação do Bispo Diocesano.

Art. 95 - O Governo garante prêmios na conformidade da 2ª parte do Art. 56 aos que compuzerem ou traduzirem compêndios, os quaes serão sujeitos á disposição do (4º do Art. 3º combinada com a do Art. 4º).

Mesmo constando em decreto, o prêmio muitas vezes era reclamado pelo ganhador e demorava a ser entregue, como se pode notar em documento do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Em carta ao ministro do Império *João Alfredo Correa de Oliveira* datada de 28 de agosto de 1874, consta que *João Bernardes de Azevedo Coimbra* solicita, por meio de requerimento, o prêmio afiançado pelo artigo 95 do regulamento anexo ao decreto n. 1331A de 17 de fevereiro de 1854 por ser autor do compêndio do Systema métrico decimal, “aprovado e adotado no Imperial Collegio Pedro II”. Para o caso, o Conselho Diretor reconsiderou a petição e deliberou que o suplicante se achava na condição de ser atendido não só pela disposição do artigo citado como pelo fato de “o compendio ainda estar sendo adotado no Collegio Pedro II sem que seja conhecido que o possa substituir”.

É a partir da segunda metade do século XIX que as editoras também começam a se envolver com a comercialização de obras de autores didáticos brasileiros, atendendo também a essa demanda incentivada pelo Estado.

Uma das primeiras e mais importantes editoras do Brasil, foi a *Francisco Alves*, fundada como *Livraria Classica* por *Nicolau Antônio Alves*, voltada especialmente para o público escolar e que veio a tornar-se a maior livraria-editora do país nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX (Bragança, 2004). As edições de livros foram iniciadas em 1862, com a *Exposição do systema métrico decimal*, de João Rodrigues da Fonseca Jordão, com quatro mil exemplares (Bragança, 2004).

É a *Francisco Alves* que publica um dos livros de Matemática que “teve vida mais longa e atingiu mais gerações de crianças e jovens” (Pfrom Neto, Rosamilha & Dib, 1974, p.160), *A Aritmética Elementar Ilustrada* de Antônio Trajano, com sua primeira edição em 1879. Com a editora, a IGIPSC firma contratos para o fornecimento de outro livro de autor de grande sucesso. Em 1872 o Inspetor Geral Homem de Mello, em carta ao Ministro do Império, submete para a aprovação o contrato firmado com Nicolau Antônio Alves para o fornecimento de exemplares da *Arithmetica* de *Otoni* para instrução primária.

Frente às editoras, o papel do autor também se redefine e o sucesso do livro também passa a depender da divulgação que as editoras fazem da obra. Além de o conteúdo estar adequado a instrução elementar, o autor deve preocupar-se se o livro é bem vendido, além de ter o aval do governo. Como lembra Ferreira (2004), nem todos os autores de textos que se transformaram em livros podiam usufruir de sua venda a ponto de prescindir de outros rendimentos e viver dessa nova profissão. Na análise de Aníbal Bragança (2004) a *Francisco Alves* foi fundamental para a função de autor no Brasil. Ao contrário da prática habitual dos editores da época, nos contratos estabelecidos entre o autor e a editora “o interesse dos autores era respeitado, reconhecia-lhes o valor de seu trabalho, remunerando-os dignamente, mesmo para os padrões atuais” (p.11).

Considerações Finais

Ao encerrar esse panorama sobre a figura do professor-autor de livros didáticos, embora alguns aspectos tenham sido discutidos, outros ainda merecem estudos mais aprofundados.

Pode-se perceber que a produção de um texto, a atividade da escrita e da configuração de um livro didático durante o século XIX, e mesmo nos dias atuais, está sujeita a diversas interferências, quer da prática pedagógica, quer do Estado, quer dos editores e livreiros. Até o final do período do Império, ainda havia discussões relativas à garantia de direitos autorais dos autores, mas já existiam estratégias e normas para a autorização e utilização de obras didáticas nas escolas elementares.

Com o aumento no número de escolas e estímulo a melhor formação do docente com a consolidação das escolas normais e criação do *Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos*, na República, estimulam-se outras discussões em torno do livro didático que se mantém até hoje e fazem com que esse objeto profundamente ligado a cultura escolar ainda seja tão importante em nossas escolas.

Bibliografia e referências

- Bastos, M. H. C. (2008, setembro/dezembro). Manuais escolares franceses no imperial Colégio de Pedro II (1856-1892). *História da Educação*, 12(26), 39-58.
- Bittencourt, C. M. F. (2004, setembro/dezembro). Autores e editores de compêndios de livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*, 30(3), 475-491.
- Boto, C. (2003). Na revolução francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet. *Educação e Sociedade*, 24(84), 735-762.
- Bragança, A. (2004). *A Francisco Alves no contexto da formação de uma indústria brasileira do livro*. Trabalho apresentado no I Seminário Brasileiro Sobre Livro e História Editorial. Recuperado em 20 de dezembro de 2010, de www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/anibalbraganca.pdf
- Castro, F. M. O. (1999). *A Matemática no Brasil*. (2a ed.) Campinas: Editora da UNICAMP.
- Condorcet (2008). *Cinco memórias sobre a instrução pública*. (M. G. Souza, trad.) São Paulo: Editora da Unesp.
- Costa, G. M. L. (2000) *Os livros didáticos de Matemática no Brasil do século XIX*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Matemática, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- Decreto n. 1.331A*. (1854, 17 de fevereiro). Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no município da Corte. Collecção das Leis do Império do Brasil de 1854 – Parte II, Tomo XVII. Rio de Janeiro: Typografia Nacional.
- Doria, L. G. E. (1997). *Memória histórica do Colégio Pedro Segundo: 1837-1937*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997. Ed. comemorativa.
- Drago, L. P. (1868). *Apostillas de Álgebra*. Rio de Janeiro: Typografia de Pinheiro & C.
- Ferreira, T. M. T. B. C. (2004). *Direito de Propriedade ou propriedade literária: os debates sobre autoria no Brasil Imperial (1862-1889)*. Trabalho apresentado no I Seminário Brasileiro Sobre Livro e História Editorial. Recuperado em 25 de novembro de 2010, de <http://www.uff.br/lihed/primeiroseminario/pdf/abrepdf.html?file=taniabessone.pdf>
- Gasparello, A. M. (2006). *Traduções, apostilas e livros didáticos: ofícios e saberes na construção das disciplinas escolares*. Trabalho apresentado no XII Encontro Regional de História. Usos do passado. Recuperado em 11 de outubro de 2010, de <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Arlette%20Medeiros%20Gasparello.pdf>.

- Gasparello, A. M.; Villela, H. (2004). *Uma identidade social em formação: os professores secundários no século XIX brasileiro*. Trabalho apresentado no III Congresso Brasileiro de História da Educação. Recuperado em 7 de agosto de 2010, de <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo5/370.pdf>.
- Hallewell, L. (2005) *O livro no Brasil* (2a ed.). São Paulo: Edusp, 2005.
- Instrução Pública*. Documento manuscrito do Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. Códices diversos. Rio de Janeiro.
- Lorenz, K. M. (2003). *A influência francesa no ensino de ciências e matemática na escola secundária brasileira no século XIX*. Trabalho apresentado no II Congresso Brasileiro de História da Educação. Recuperado em 16 de outubro de 2010, de <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0306.pdf>.
- Otoni, C. B. (1983) *Autobiografia*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983.
- Pfromm Neto, S.; Rosamilha, N.; Dib, C.Z. (1974). *O livro na educação*. Rio de Janeiro: Primor/ INL.
- Silva, C. M. S. (2000). O livro didático de matemática do Brasil no século XIX. In Fossa, J. A. (Org.). *Facetas do diamante – Ensaios sobre educação matemática e história da matemática* (p. 109-162). Rio Claro, SP: Editora da SBHMat, 2000.
- Soares, M. B. (1996, novembro/dezembro). Um olhar sobre o livro didático. *Presença Pedagógica*, 2(12), 53-63.
- Soares, M. L. F. (2007). *O papel do autor de livro didático para o ensino de língua inglesa como uma língua estrangeira: um estudo de identidade autoral*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Souza, D. M. (1999) Autoridade, autoria e livro didático. In Coracini, M. J. (Org.) *Interpretação, autoria e legitimação do livro didático* (pp. 27-31). Campinas: Pontes.
- Valente, W. R. (1999). *Uma História da Matemática Escolar no Brasil (1730-1930)*. São Paulo: Annablume/Fapesp.

¹ Este artigo é fruto do Projeto de Pesquisa **Olhares sobre o livro didático de matemática: constituição da história do ensino de Matemática no Brasil** financiado pelo FOPESQ/UFF e parte dos estudos ligados ao grupo de pesquisa *História na Educação Matemática*, cadastrado no CNPq.